

Desenvolvimento, um conceito em revisão

Maria do Carmo Gonçalves Curtis

Mestre em Teoria, História e Crítica da Arte, Professora de História da Arte e Tecnologia no curso de Design, Feevale.

Resumo

Este texto apresenta uma reflexão sobre o conceito *desenvolvimento* enquanto fator problemático da questão ambiental. Neste trabalho, o conceito de desenvolvimento sustentável é o enfoque principal, em que apontamos algumas de suas implicações político-sociais decorrentes da sua complexidade.

Palavras-chave

Desenvolvimento, sustentabilidade, ambiente, potencialidades, revisão.

Abstract

This paper presents a reflection about the concept of development as a problematic factor for environmentalist matter. In this work the focus is the concept of sustainable development, where some of the social-political implications resulting from its complexity are presented.

Key words

Development, sustainable, environment.

Introdução

A educação é, em síntese, a melhor esperança e o meio mais eficaz que a humanidade tem para alcançar o desenvolvimento sustentável. (Conferência de Tessalônica, Grécia, 1997)

Cada um de nós, cidadãos do mundo, somos cúmplices e parceiros na trajetória *da vida no planeta*. Constatamos diariamente uma necessidade de mudança nos padrões da vida cotidiana. Mesmo as pessoas que não têm uma definição precisa de conceitos teóricos diretamente ligados à questão ambiental, como *desenvolvimento sustentável* ou *sustentabilidade*¹, percebem o risco que existe logo que começam a ter uma noção sobre o tema. Entre os aspectos mais problemáticos, pode-se destacar o problema da água, as cidades congestionadas, a natureza cada vez mais atingida por decisões que desrespeitam o bom senso e repercutem no efeito estufa, no aquecimento da terra, no aumento do nível dos oceanos, na destruição dos bosques e crescimento de desertos, desaparecimento de espécies, em incêndios nas florestas, na formação de tornados, nas secas e, enfim, toda uma série de desastres “naturais”. Além disso, o ritmo crescente da violência urbana, do desemprego, do aumento de preços, da escassez de recursos e da diminuição do nível de vida tornam o futuro cada vez mais incerto.

Olhar para trás e buscar no passado uma solução para estes problemas é impossível. A Revolução Industrial trouxe profundas alterações nos valores da sociedade, os quais na era pós-industrial são ainda mais difíceis de recuperar. Nossa intenção em enfocar esta problemática não pretende ser um discurso pessimista sobre o futuro. Esperamos que o presente texto possa contribuir para uma conscientização e, quem sabe, esclarecer sobre o tema da sustentabilidade no contexto acadêmico, especialmente na formação em design, área em que atuamos mais diretamente no ensino superior.

De modo geral, constituem-se em número de cinco os fatores da problemática ambientalista: (1) o progressivo aumento demográfico; (2) a questão da pobreza; (3) as pressões sobre o meio-ambiente; (4) as violações dos direitos humanos e (5) o conceito vigente de desenvolvimento. Compreende-se que tais fatores são *sinomas* e não *causas*, já que cada um deles resulta de modos de pensar, de valores e práticas utilizadas nos aspectos sócioeconômicos e políticos que instauraram um processo globalizado de deterioração. Neste texto, trataremos mais especificamente sobre o conceito de desenvolvimento, por considerar que dentre os fatores apontados, este é o que incide de maneira mais estrutural na formação em design, uma vez que se articula com a prática projetual sob todos os aspectos prioritários: econômico, social e político. Ressalta-se que o modelo de desenvolvimento que defendemos, ou estamos envolvidos, implica diretamente nos demais fatores constituintes do cenário em questão. Mas não desconhecemos a interdependência que os articula, apenas optamos por seguir nossa reflexão, direcionados pelo vetor *desenvolvimento* como recurso metodológico, tendo em vista o nível do trabalho que estamos realizando, ou seja, um artigo, pois para nos reportar explicitamente aos demais fatores seria necessário um estudo mais profundo. Por outro lado, devido ao caráter interdependente que caracteriza o tema, ao longo do texto, os demais fatores serão mencionados, inevitavelmente.

Desenvolvimento sustentável e as disparidades Norte-Sul

De acordo com documento, redigido na Conferência Internacional sobre o Meio-Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, organizada pela UNESCO, e pelo governo da Grécia, realizado de 8 a 12 de dezembro de 1997 em Tessalônica², mais que combater, precisamos revisar nosso pensamento e compreender as conexões exis-

¹ Conforme documento da UNESCO, 1999: 21, até os peritos discutem o assunto.

² Esta é principal referência bibliográfica deste estudo, em que nos pautamos especificamente no item: O que é sustentabilidade. p. 21,34. In: *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas*/ UNESCO. - Brasília: Ed. IBAMA, 1999, 118 p.

tentes entre os cinco fatores problemáticos e assumir a necessidade de planejar “nova trajetória fundamentada nos valores da sustentabilidade”.

A respeito da sustentabilidade, em primeiro lugar, vale considerar que desenvolvimento sustentável não é uma noção fixa, fechada, mas está em permanente processo e constantes mudanças das relações entre os sistemas e os processos sociais, econômicos e naturais. Na origem do termo, no Relatório de Brundtland (WCED, Comissão Internacional de Meio-Ambiente e Desenvolvimento, 1987), sua conceituação foi concebida como *sendo o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades*.

Mas, ao longo da década de 90, outras definições ampliaram sua extensão para além de presente e futuro, ao articular a noção de *equidade* também entre países e continentes, entre raças e classes, entre sexos e gerações. Porém, as definições utilizadas com maior frequência são as que se concentram na seguinte relação: *desenvolvimento social e oportunidade econômica versus as exigências do meio-ambiente*.

A partir desta complementaridade - desenvolvimento/ ambiente- entende-se que o que está em jogo, num equilíbrio dinâmico, é o melhoramento das condições de vida, dentro dos limites da capacidade de sustento dos ecossistemas³.

Tais limites do desenvolvimento não devem ser fixados, ao contrário, deve-se compreender que as noções e definições predominantes de desenvolvimento é que precisam evoluir constantemente para acompanhar as mudanças de exigências e possibilidades. Sendo assim, em tese, conclui-se que não há um modelo de desenvolvimento a ser copiado, se compreendermos que desenvolvimento fundamenta-se na *diversidade cultural* e, sobretudo, na *soberania* de uma nação (Michele Sato, 1999: 60). Deste modo, fica evidente a implicação política que o modelo de desenvolvimento acarreta e, portanto, justifica-se considerá-lo como *estruturante* dos demais fatores da problemática em questão.

Sob o ponto de vista político, ressalta-se que o conceito de desenvolvimento sustentável não corresponde a um consenso entre os autores que discutem a matéria ambientalista. Em sua opinião, apesar de ocupar espaços crescentes no debate sobre o tema ambiental, a concepção de desenvolvimento sustentável *escamoteia o quadro ideológico que oculta o discurso legitimador do neoliberalismo, uma vez que tal concepção demonstra um óbvio favorecimento às forças hegemônicas capitalistas, reforçando as potências do chamado “Primeiro Mundo”* (Reid, 1995; Sachs, 1993; Moran, 1994; Sauv e, 1996; Acselrad, 1997 apud Michele Sato, 1999: 60).

Inclusive, como explica Acselrad, 1997(apud Sato, 1999: 61), “a noção de sustentabilidade deve, acima de tudo, ser trazida no campo de relações sociais, pois não há sentido em pensar separadamente as relações técnicas com o ambiente e a configuração histórica das sociedades”. Os modelos alternativos de desenvolvimento que nos convêm, indica-nos o autor, emergirão na diversidade de experiências do movimento social com seus potenciais de acúmulo de forças.

Nesta mesma linha de pensamento, Sachs, 1993 (apud Sato, 1999: 62), entende que desenvolvimento sustentável significa *desenvolvimento perverso*, uma vez que há diferentes direcionamentos para os países industrializados e para os “outros”. Num estudo comparativo entre as economias do Norte e do Sul, relativo à distinção entre ‘países ricos e pobres’, Sachs constata uma transferência exagerada do capital dos países em desenvolvimento aos industrializados. E,

³ Conforme Eugene Odum, 1988, a melhor maneira de se delimitar a ecologia moderna é através do conceito de Níveis de Organização, visualizado como uma forma de “espectro biológico”. Comunidade, população, organismo, órgão, célula e gene são as denominações dos principais níveis bióticos, apresentados num arranjo hierárquico do maior até o menor. Porém, este “espectro biológico” pode ser estendido ao infinito nos dois sentidos, em ordem crescente ou decrescente. Um *sistema* consiste em “componentes interdependentes que interagem regularmente e formam um todo unificado”. Os sistemas que contêm componentes vivos [sistemas biológicos ou biosistemas] podem ser concebidos ou estudados em qualquer nível do “espectro biológico” [comunidade, população, organismo, órgão, célula, gene]. A ecologia, por sua vez, trata principalmente da parte que diz respeito a organismo, população e comunidade. Em ecologia *população* denota grupo de indivíduos de um tipo qualquer de organismo, além dos seres humanos; e *comunidade* também denota um sentido mais amplo que o usual, ao incluir todas as populações que ocupam uma determinada área. **A comunidade e o ambiente não-vivo funcionam juntos como um sistema ecológico ou ecossistema.**

assim, ele indaga: *Quem são os verdadeiramente ricos? E qual é o modelo de desenvolvimento que desejamos?*

Estes são questionamentos que nos permitem mapear o conceito de desenvolvimento sustentável sob um enfoque mais controverso, pois, até então, a principal fonte utilizada para este estudo foi justamente o Documento da UNESCO, 1999, que refere-se à Conferência de Tessalônica, realizado em 1997.

Tendo em vista as afirmações críticas de Sato, 1999: 62, sobre o quadro ideológico pré-determinado em que nos compete o lugar de *inevitável atraso do Sul*, interessa trazer à luz do debate as afirmações das disparidades entre Norte- Sul, apresentadas no Documento da UNESCO, 1999: 30:

“Qualquer debate sobre desenvolvimento sustentável deve levar em consideração as disparidades entre nações ricas e pobres e, de importância similar, o que representam essas diferenças na formulação de políticas. As políticas apropriadas para o Norte não têm sentido para o Sul e vice-versa.

O problema de maior envergadura que as nações do Sul têm diante de si é aumentar consideravelmente a produtividade e a produção a fim de superar a pobreza e as privações. Até que o consigam, pelo menos em parte, é ilusório esperar que o Sul adote as normas ambientais aplicadas no Norte. Enquanto a pobreza for uma realidade generalizada, o Sul ver-se-á tentado – e, freqüentemente compelido – a aceitar níveis de contaminação mais altos e níveis de controle mais reduzidos, do mesmo modo que os países altamente industrializados de hoje o faziam até, relativamente, pouco tempo atrás.

Uma das tarefas da educação para o desenvolvimento, especialmente nos países do Norte, será explicar as razões dessas diferenças e, porque pelo menos no momento, a aplicação das mesmas normas proporcionaria resultados dos mais injustos. O Norte pode, certamente, ajudar a abreviar o intervalo durante o qual seja necessária a aplicação de normas menos exigentes, ajudando o Sul em seus esforços na busca de desenvolvimento, especialmente, no que se refere à educação, ao progresso de suas escolas, universidades, programas de capacitação para cientistas e demais pessoas- chave por meio de assistência técnica, acesso a conhecimentos e à formação de especialistas do Sul em seus institutos e universidades. Há, certamente, tantas semelhanças quanto diferenças e muitos dos problemas que surgem – como por exemplo, a necessidade de renovação de energias e de água potável, em diferentes níveis e em todas as regiões do mundo. Uma das provas mais exigentes da educação para o desenvolvimento em todos os países é ajudar as pessoas a compreenderem e a adaptarem-se às mudanças que ocorrem em uma velocidade ainda antinatural para todas as culturas. Em um sentido mais profundo, como vizinhos no mesmo planeta, nossos destinos estão definitivamente unidos.” (UNESCO, 1999: 30)

Ao retomar as críticas quanto ao suposto caráter ideológico neoliberal do conceito desenvolvimento sustentável, as palavras de Michele Sato, 1999, e demais autores citados, assim como a própria versão apresentada pelo Documento da UNESCO, (1999: 30) sobre as disparidades Norte-Sul, fica-se inclinado a reavaliar o conceito.

Ao examinar os discursos, verifica-se que, de certo modo, as críticas têm procedência, pois as afirmações relativas à atitude em relação aos níveis de controle/contaminação no Sul, devido ao quadro econômico de pobreza e provação, defendidas pelo Documento da UNESCO 1999:30, são evidências das implicações hegemônicas de sua postura.

As disparidades são inegáveis, pois o contexto do Norte é completamente diferente do Sul; mas como o próprio Documento nos indica: as questões são complexas, e como tal devem ser tratadas. Entre as disparidades há pontos de convergência, de interesses comuns. Será que a situação econômica precária do Sul é condição justificável para o Norte autorizar menos rigor com nossos ecossistemas? E até quando? Qual o limite de sustentabilidade que nos permite aceitar níveis mais altos de contaminação (ar, água, solo, seres)?

Desenvolvimento, possíveis significados

Conforme afirmado anteriormente, dentre os fatores que constituem a problemática do desenvolvimento sustentável, é procedente apresentar outros matizes relativos ao conceito vigente de desenvolvimento.

O que significa *desenvolvimento* em nossa sociedade? Quais são os parâmetros que a economia costuma usar para medi-lo? O Produto Nacional Bruto, por exemplo, equipara o desenvolvimento ao aumento de produção e consumo de bens e serviços, porém, essa medida não leva em consideração o uso e o eventual esgotamento dos recursos naturais que estão implicados no processo produtivo. É fato que as medidas econômicas são falhas, pois prestam contas pormenorizadas dos resultados produtivos, desconsideram outros dados como a emissão

de fumaça, gases e outras substâncias contaminantes, indicando-as simplesmente como externalidades. Ocorre que, quem suporta a carga e o custo de enfrentar os problemas decorrentes de tais emissões tóxicas é a sociedade, não o contaminador.

Uma economia que concentra sua atenção no “presente imediato” opõe-se à concepção de considerar nossas ações, tendo em vista as futuras gerações. O impacto das atividades econômicas sobre o meio ambiente é cumulativo e pode provocar alterações irreversíveis no meio ambiente. Em relação aos impactos sobre o meio ambiente, o Documento da UNESCO, 1999: 28, parece otimista ao afirmar que os modos de pensar dos economistas e dos ecologistas apesar de opostos, atualmente, convergem numa tendência de buscar patamares comuns.

Outro aspecto inquietante é o equilíbrio automático estabelecido entre os níveis mais altos de produção – e por extensão, de consumo – e o desenvolvimento. Mais produção, mais consumo, mais desenvolvimento?

Porém, isso é uma meia-verdade:

“O que é produzido e o fim que é dado ao produto tem igual importância no processo que a quantidade fabricada. Por outro lado, é evidente que o dólar que duplica a renda de uma pessoa pobre cumpre papel diferente do dólar de acréscimo auferido por um milionário, para quem se trata de uma soma insignificante.” (UNESCO, 1999: 28)

A despeito disso, quantifica-se o desenvolvimento em função de uma medida técnica, geralmente o PIB, com o progresso global da sociedade e do bem-estar. Este contexto evidencia a mentalidade do século 20, que considera que o meio é mais importante do que o fim, e o nível de atividade mais importante do que os objetivos para os quais ela serve. Frente a esta inversão, observa-se a necessidade de revisão do que se entende por desenvolvimento, talvez sua conceituação esteja amparada por critérios que já não contemplam o quadro atual. Por exemplo, a imposição às nações em vias de desenvolvimento de situar seus PIB *per capita* paralelamente aos da Europa, Japão e EUA, desconsidera que para se atingir tal meta, implicaria em triplicar o consumo mundial de recursos naturais. O que aumentaria, na mesma proporção, o volume de emissão de poluentes e de outros efeitos negativos de produção, mesmo que os supostos países recém-industrializados investissem na redução da poluição, assim como os países industrializados o fazem (UNESCO, 1999: 28). E, então, cabe novamente a questão: mais produção, mais consumo, mais desenvolvimento?

Para discutirmos a respeito deste tema de modo mais específico, ou seja, no âmbito da formação em design, apontamos as palavras de Tony Fry, 2000, que nos explica sobre a ênfase do design nos anos 70, a qual estava nas práticas ambientais do design, constituídas por uma disposição biocêntrica e uma perspectiva ecológica do problema. A questão era como combater o abuso das regras da natureza, mais do que a própria natureza da sociedade industrial, assim, enfocava-se, sobretudo, os efeitos, ao invés da causa.

“A consciência de que o enfoque centrava-se nos efeitos, ao invés da causa dos efeitos, nos indica que não adianta simplesmente acrescentarmos a palavra ecológico para justificar práticas de design, como base de sua transformação, sua re-direção.” (Fry, 2000)

Tal revisão de enfoque das práticas de design pode ser útil, neste trabalho, para obtermos uma percepção mais afinada com o conceito de desenvolvimento que precisamos alcançar, tendo em vista a sustentabilidade. Uma recomendação interessante parte do documento da UNESCO, 1999:28, em relação à necessidade de reavaliarmos o conceito de desenvolvimento porque seria melhor:

“(…) dispor de medidas para o desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano, do PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento], que procura considerar as numerosas dimensões do bem-estar humano, já que a atenção concentrar-se-ia sobre os fins para os quais o desenvolvimento deve servir, em vez de fazê-lo apenas sobre os meios, por exemplo, para o aumento da produção.”

Partir em busca de uma valorização dos fins do desenvolvimento, ao invés de privilegiarmos os meios de atingi-lo, é um caminho que nos parece convergir para as potencialidades solidárias do conceito de desenvolvimento sustentável, que incide num equilíbrio dinâmico entre as necessidades essenciais (fins) e as limitações que o estágio da tecnologia e da organização social (meios) impõem ao meio ambiente. Em síntese, talvez seja o momento de assumirmos uma

conduta mais pontuada por questionamentos filosóficos, éticos e solidários. Questionamentos que não cessam de renovar-se no constante jogo da vida, nas mudanças que fazem parte de cada organismo vivo, sempre em relação com o ecossistema em que interage. Uma conduta não mais centrada no homem, antropocêntrica, mas uma conduta que transcenda essa visão que restringe, assumir uma conduta que tenha a vida enquanto parâmetro, *a vida como medida de todas as coisas* ao invés de mantermos uma postura tão pragmática, instrumentalista em conformidade com práticas que privilegiam sempre os mesmos e, por conseqüência, instauram a permanência da desigualdade, do desequilíbrio social.

Desenvolvimento sustentável - e suas potencialidades rumo a objetivos solidários

Ainda, em resposta às constatações do caráter hegemônico constatáveis no discurso que fundamenta o conceito de desenvolvimento sustentável, consideramos que seria pouco produtivo manter uma atitude mais radical frente à questão. As disparidades Norte-Sul são antigas, resultam de situações históricas milenares e, para atingirmos um equilíbrio mais equânime, muitos percursos culturais, tecnológicos, sociais precisam ser trilhados. Porém, vale lembrar que o Norte e o Sul constituem partes integrantes de uma mesma unidade: o planeta Terra. Apesar de localização, norte ou sul, coabitamos a mesma biosfera e compartilhamos do ar, do solo, e da água.

Talvez o veio mais fecundo, para vislumbrarmos uma direção norteadora à existência equilibrada esteja, nos princípios da Ecologia que, por certo, não incide na visão vigente de economia. Sob o enfoque ecológico, os fundamentos democráticos que permeiam o conceito de desenvolvimento sustentável poderiam ser resgatados produtivamente, apesar das coordenadas geográficas. Independente de Norte e Sul, precisamos transcender a idéia de que somos vizinhos, a problemática que estamos a enfrentar neste milênio exige uma percepção de vínculos muito mais intensos, vitais, complexos, sistêmicos e interdependentes. Cada um de nós, seres contemporâneos, somos todos cúmplices, parceiros - responsáveis pela trajetória da vida no planeta.

Na prática, sustentabilidade implica numa contínua adequação ante as exigências ambientais e as necessidades de desenvolvimento. Para obtermos o equilíbrio neste contraponto, é preciso reduzir as tensões ou aumentar as capacidades de sustento. Se os ecologistas são partidários da primeira ação e os economistas da segunda, fica evidente que, numa situação crítica, ambas as possibilidades devem ser estudadas. É preciso enfatizar que mais que uma querela entre ecologistas e economistas, esta questão diz respeito a toda a sociedade. Percebe-se que tal conceito não se restringe ao impacto das atividades econômicas no meio ambiente. Desenvolvimento sustentável refere-se principalmente às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura. Atividade econômica, meio-ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se fundamenta a idéia de desenvolvimento sustentável. No entanto, a aplicação do conceito à realidade supõe um consenso internacional que ainda não foi alcançado, o que dificulta assumir uma série de medidas, seja por parte da iniciativa privada, seja do poder público. Além disso, os movimentos sociais também constituem agentes importantes, constituídos, sobretudo, na forma de ONGs (Organizações Não-Governamentais), que partem em busca de melhores condições de vida, associadas à preservação do meio ambiente, em consonância com as possibilidades econômicas.

Educação ambiental, um caminho em busca do futuro

A frase que escolhemos para epígrafe deste texto indica-nos sua continuidade:

A educação é, em síntese, a melhor esperança e o meio mais eficaz que a humanidade tem para alcançar o desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 1999)

Parece ser um consenso internacional que a educação é uma ferramenta poderosa nesta nova era que inicia no século 21. O conhecimento é a mercadoria mais influente do nosso período

histórico, e, por extensão, a educação constitui-se como a seara da mudança em todos os níveis da capacitação humana. Já não dispomos mais da antiga crença de que o diploma superior seria nossa salvaguarda para o futuro profissional. Imersos num contexto em que a própria tecnologia nasce velha, ultrapassada, entendemos, atualmente, que educação constitui-se também num setor que constantemente renova-se. É o que chamamos, hoje, de educação continuada. Mas vamos nos ater ao nosso fio condutor, contribuir teoricamente para uma conscientização e esclarecer sobre sustentabilidade na formação acadêmica em design.

A base da educação para o desenvolvimento sustentável está diretamente ligada à Educação Ambiental. No princípio dos anos 70, houve apoio em prol da EA por parte de muitos órgãos internacionais⁴. Em 1977, na Conferência Intergovernamental sobre EA, em Tbilisi, foram propostos os princípios diretores da EA, que são retomados mais tarde na Conferência do Rio, em 1992:

“Uma das metas básicas da EA é conseguir que as pessoas e as comunidades compreendam o caráter complexo do meio ambiente natural e artificial, resultante da inter-relação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais e adquirir o conhecimento, os valores, as atitudes e as aptidões práticas que permitam participar, de forma responsável e eficaz, no trabalho de prever e de resolver problemas ambientais e de uma gestão qualitativamente apropriada do meio ambiente”.

“Outro objetivo básico da EA consiste, evidentemente, em manifestar a interdependência econômica, política e ecológica do mundo moderno, em que as decisões e as atividades dos diferentes países possam provocar repercussões internacionais. A esse respeito, o meio ambiente ajuda a suscitar um sentido de responsabilidade e de solidariedade entre os distintos países e regiões ...”

“Deve-se prestar especial atenção ao objetivo de compreender as complicadas relações existentes entre o desenvolvimento sócio- econômico e o melhoramento do meio ambiente”.

Conforme Reigota (1994: 23), é consenso entre a comunidade internacional que a EA deve estar presente em todos os espaços que educam a cidadã e o cidadão. Importa dizer que cada contexto, escola, parques e reservas ecológicas, associações de bairro, sindicatos, universidades, meios de comunicação de massa, possuem especificidades que implicam em abordagens diferenciadas. No caso em questão, em que procuramos contribuir para uma maior conscientização relativa à sustentabilidade no âmbito do ensino superior em design, ressalta-se a relevância da formação profissional, tendo em vista sua atuação futura, com conhecimento das repercussões de suas decisões no meio ambiente. Uma referência concreta, que converge com nosso pensamento, é a implantação do curso de Design nas Faculdades Ritter dos Reis, em Porto Alegre, pois, segundo o professor Júlio César Caetano, coordenador do curso:

“O design está ganhando importância no Brasil, nos últimos dez anos, em todos os campos de atuação. Os estúdios em geral são polivalentes. O curso tem duração de quatro anos e nas suas duas habilitações - Design Gráfico e Design de Produto - terá ênfase em Sustentabilidade. O designer tem que ter conhecimento das conseqüências de suas decisões, saber aproveitar melhor o material biodegradável e reciclar, além de conhecer sobre a durabilidade e as diversas possibilidades dos materiais”⁵.

Ao estabelecermos conexões entre design e sustentabilidade, novamente, ressaltamos o discurso de Tony Fry, professor vinculado à EcoDesign Foundation, de Rozelle, Austrália. Ele esteve presente na comunidade acadêmica em palestra sobre Ecodesign, no 4º Congresso Pesquisa & Desenvolvimento em Design, em outubro de 2000, no Centro Universitário da Feevale, Novo Hamburgo, RS. Em sua palestra “Por uma prática projetual Rediretiva”, Tony Fry enfatizou a necessidade de redimensionarmos a prática projetual e começarmos a considerar suas implicações de destruição, ao invés de concentrar nossa atenção apenas no que há de criação durante o processo.

De acordo com as palavras de Fry:

“Há uma tradição em entendermos a prática projetual como criação de algo, mas não se questiona a respeito das necessidades de manutenção dos produtos projetados ao longo do tempo. Muito do que estamos

⁴ Estocolmo, 1972, UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA implantasse em 1975 o PIEA, Programa Internacional de Educação Ambiental, que permaneceu até 1995, UNESCO, 1999.

⁵ In: Muitos caminhos no mundo do design. Isabel Marchezan ZH 19/05/02, Caderno de Empregos e Oportunidades.

projetando atualmente, acaba por nos retirar o futuro, causando impactos indesejáveis. São exemplo disso as questões ambientais, como as mudanças climáticas e genéticas, os usos abusivos dos recursos naturais do planeta. É importante entendermos que o design que cria é também o design que destrói, perceber este outro lado do nosso conhecimento, que não é homogêneo, pois está atento ao criar, e desatento às implicações que todo projetar incide.” (2000)

O alerta de Fry, relativo ao caráter destrutivo que o projetar implica, repercute nesta reflexão sobre desenvolvimento. Também nos instiga a pensar, na condição de formador em design, sob uma perspectiva teórica que entende o processo projetual na ótica da sustentabilidade. Manutenção, necessidade/ ambiente, busca de materiais alternativos, os 3 ‘R’ – reduzir, reutilizar, reciclar –, enfim, toda uma série de diretrizes que redirecionam o processo projetual, são decorrência direta deste enfoque preconizado pelo autor. Conforme Fry aponta em seu texto, o insustentável decorre de uma reconhecimento errada, um erro teórico básico: de pressupor o produto pronto, acabado.

Tudo o que se projeta, qualquer coisa, todos os produtos/ objetos nunca estão completamente prontos, explica-nos Fry, mas estão, de fato, sempre em processo. Qual é o fator crítico disto? Design, ecológico ou não, implica em objetos construídos, meio ambiente, artefatos industriais, imagens, enfim ... Conforme Fry, isso significa que a prática do design e o estudo do design desconhecem essa mudança constante, num mundo em processo constante. Assim, continua, cada prática demanda desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo, tanto no processo quanto na teoria. A história da ciência, tecnologia e design demonstram repetidamente que para conceber, criar, iniciar algo, precisamos comparar, equiparar, partir de algo já existente. Mas a técnica nunca é suficiente, a mudança de design rumo à redireção de uma economia industrial renovada necessita distanciar-se da quantidade e buscar novas ferramentas, novos instrumentos intelectuais, pois são novas necessidades, novos conhecimentos, novos desejos.

Conclusão

Mais que combater os cinco fatores da problemática ambientalista, precisamos revisar nosso pensamento, compreender as conexões existentes e assumir a necessidade de planejar “nova trajetória fundamentada nos valores da sustentabilidade”. Assim como, no ensino e formação em design, conforme indica-nos Fry (2000), precisamos estar sempre em busca porque estamos imersos em um mundo em constante processo.

Em relação ao debate a respeito das disparidades Norte e Sul, no mapeamento da sustentabilidade, vale retomar que assim como o Norte já conquistou um nível de industrialização, que lhe proporciona uma situação econômica mais favorável; por outro lado, percebe que seus níveis de sustentação encontram-se esgotados e, por isso, tem consciência que deve impor a si mesmo índices ambientais mais rigorosos. Então, será que não é o caso do Sul aprender com o exemplo do Norte e antes de esgotar seus recursos começar a impor-se uma política mais conseqüente de sustentabilidade? Se nos confrontamos com um mundo em constante processo e mudanças, não seria *melhor prevenir do que remediar?*

Quanto às implicações hegemônicas do discurso sobre a sustentabilidade, entendemos que o conceito de desenvolvimento sustentável é uma conquista humana que não podemos descartar porque resulta do aprimoramento dos modos de pensar, dos valores e aspirações humanas, com fôlego para uma retomada radicalmente necessária das relações homem/ natureza e homem/ homem. Desenvolvimento sustentável reflete uma consciência que visa à necessidade de vincular responsabilidade do presente em relação ao futuro, da busca de um equilíbrio mais igualitário no que tange à economia e ecologia. Enfim, tudo isso representa um passo adiante na história da humanidade. Ainda que o discurso hegemônico permaneça, precisamos nos concentrar nos potenciais de mudança deste conceito. Pelo menos, superamos a perversa equivalência entre desenvolvimento e progresso a qualquer custo, característica dos séculos 19 e 20. Também alcançamos um novo patamar em que vinculamos diretamente o desenvolvimento ao ambiente⁶.

À antiga meta do progresso desenfreado, de uma produção com índices sempre crescentes, é preciso contrapor um modelo de desenvolvimento que se adapte a cada caso. Por isso, entendemos ser prudente rever as recomendações do Documento UNESCO (1999: 30) que nos

autoriza a assumir índices mais altos de contaminação devido ao patamar econômico precário. Esta é uma política que nos lega o enfrentamento dos mesmos problemas que o Norte precisa enfrentar atualmente. Talvez seja o caso de reavaliar essa situação e aprender com o modelo de desenvolvimento do Norte, mas sem abrir mão da sustentabilidade desde já, preservando nossos recursos naturais. De acordo com os fundamentos do conceito de desenvolvimento sustentável, precisamos assumir a consciência de que o futuro depende de nossa intervenção no presente. Neste sentido, podemos contar com a tecnologia, com os setores mais técnicos da sociedade, porém a tomada de decisão dos rumos que norteiam a nossa suposta sustentabilidade é de caráter político, social, filosófico. Torna-se imprescindível uma consciência para além do Norte, para além do Sul. Citamos, novamente, os vínculos de cumplicidade, de responsabilidade que todos temos, independente de nossas coordenadas geográficas. Não podemos nos esquecer que em todo norte há um sul, e em todo sul há um norte. Essas são indicações que deveriam servir *apenas* para o mapeamento geográfico do planeta. Planeta que se configura na forma de esfera. Portanto, essas distinções geográficas refletem muito mais nossas limitações, refletem a magnitude de nossa ignorância. Até quando Norte e Sul representarão determinismos sócio-culturais?

Desde o momento em que, devido à tecnologia, vislumbramos a imagem azul e silenciosa de nosso planeta, nossa competência para nos percebermos enquanto cidadãos do mundo ampliou-se. Mas, em nossos corações e mentes, ainda existem disparidades importantes frente às semelhanças também importantes. Não somos vizinhos, repetimos. Somos irmãos. Somos todos filhos do sol e da terra, ambos configurados com a forma da esfera, símbolo da perfeição, da união, do entendimento. Talvez esta seja uma metáfora evidente, mas por que não? Será que a esfericidade planetária não estaria a nos revelar esteticamente o fim a que todos aspiramos? A concórdia entre os seres, sem arestas, apenas a leveza e a sinuosidade da linha de horizonte a apontar um lugar que sempre muda, que está em processo permanente de mudança, porque nossa busca no mundo é apenas o reflexo pálido de nossa viagem interior.

Referências Bibliográficas

FRY, Tony. Design as re-directive practice In: **Separata das Conferências dos Visitantes Estrangeiros**, Anais do Pesquisa e Desenvolvimento em Design 2000, AenD/BR, Feevale, Novo Hamburgo, RS, 2000, s/n.

ODUM, Eugene. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SATO, Michele. **Resíduos sólidos e educação ambiental**. In: BIDONA, Francisco Ricardo Andrade (org.) *Metodologias e técnicas de minimização, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos urbanos*. São Paulo: ABES- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1999, 65p.

O que é sustentabilidade. In: *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas*/ UNESCO. - Brasília: Ed. IBAMA, 1999, 118 p.

⁶ Sobre a intensidade dos vínculos que une a humanidade, ao encarar a problemática ambientalista, se a visão antiga, antidemocrática, resultou no processo de deterioração globalizado, precisamos assumir uma postura contrária, mais solidária, a fim de enfrentarmos os estragos suscitados pela fragmentação.

